



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003526-21.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Wanderlei Rozolini**
 Requerido: **DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

WANDERLEI ROZOLINI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, também qualificado, alegando ter firmado com o réu contrato para aquisição da cota de consórcio no grupo 2298, tendo por objeto um veículo VW-Voyage 1.0, com previsão para 60 assembleias, com término em abril 2014, tendo pago 09 prestações, no valor total de R\$ 4.367,27, após as quais cessou ditos pagamentos por não dispor de recursos financeiros, requerendo o reembolso das mensalidades junto ao réu, que se negou a atender o pedido senão quando do encerramento do grupo, justificativa que, a seu ver, não se afigura razoável, porquanto baseada em cláusula contratual abusiva e que o expõe, enquanto consumidor, a desvantagem excessiva, de modo que requereu sejam declaradas nulas as cláusulas em questão e seja o réu condenado a restituir o valor das 09 (nove) parcelas pagas, corrigidas monetariamente desde os respectivos desembolsos, com juros moratórios legais, deduzido, apenas o valor pertinente à taxa de administração no importe de 10%, além dos ônus sucumbenciais, calculados no percentual de 15% sobre o quantum apurado em liquidação de sentença.

O réu contestou o pedido alegando carência de interesse processual, pois tendo o autor ingressado no grupo de consórcio em 28 de julho de 2010, aplicam-se as regras contidas na Lei nº 11.795/2008 para determinar que o momento de restituição dos valores pagos pelo autor, desistente da cota, passa ser a data da contemplação, não havendo como exigir-se tal restituição imediatamente; no mérito, destacou que nos termos do que regula a Lei nº 11.795/2008 e a Circular BACEN 3432/2009, o momento da restituição do consorciado excluído passa ser a data da contemplação e não o momento em que o consorciado desiste de prosseguir com a sua obrigação, ponderando que a pretensão do autor em receber os valores quitados imediatamente desequilibra a relação estabelecida no grupo, que não poderá dar continuidade a contemplação regular mensal ao despender recursos em favor do consorciado desistente ao invés de utilizá-los para as regulares contemplações, de modo que a ação seria improcedente nessa parte do pedido, ressaltando ainda que o valor a ser restituído não podem ser contados em sua integralidade, mas pelo valor da contribuição mensal excluídos os valores da taxa de administração, seguro de vida e a multa contratual pela desistência.

O autor replicou reafirmando as teses da inicial e concluindo pela procedência da ação.

É o relatório.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decido.

Não é caso de faltar ao autor interesse de agir pois a solução de existir ou não direito à restituição imediata do valor pago em cota de consórcio ao cotista desistente é tema notoriamente de mérito, com o devido respeito.

No mérito, temos que razão assiste ao réu.

Ocorre que, conforme regulado pelo art. 30 da Lei nº 11.795/2008, a restituição do valor das cotas pagas é o momento da contemplação, de modo que a se determinar uma antecipação dessa obrigação à administradora do consórcio estaria a se impor ao grupo todo o rateio do prejuízo decorrente da retirada do cotista, no caso, o autor, ao qual não deram causa sequer indiretamente.

Veja-se a propósito a jurisprudência: “*AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS - CONSÓRCIO - BEM IMÓVEL - Procedência do pedido inicial para determinar a restituição das quantias pagas de uma só vez - Apelante que pretende a devolução das parcelas 60 dias após o encerramento do grupo - Acolhimento - Prevalência do pactuado entre as partes (Cláusula 74 do Contrato) - Sentença modificada. TAXA DE ADESÃO E CLÁUSULA PENAL - Direito da apelante na retenção de valores utilizados para a administração do grupo consorcial, proporcional ao período em que o consorciado nele permaneceu - Cláusula penal devida, nos termos do contrato. JUROS MORATÓRIOS - Devidos diante da demora no cumprimento contratual - Incidência após 60 dias subsequentes ao encerramento do grupo. CORREÇÃO MONETÁRIA - Aplicação da Súmula 35 do STJ - Recomposição dos valores perdidos em razão da inflação - Tabela Prática do Tribunal de Justiça - Incidência a partir de cada desembolso. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ - Conduta procedimental não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 17 do Código de Processo Civil. Recurso Provido” (cf. Ap. nº 0323150-25.2009.8.26.0000 - 16ª Câmara de Direito Privado TJSP - 20/05/2014 ¹).*

No mesmo sentido: “*Consórcio de imóvel - Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual com pedido de ressarcimento - Termo da restituição - Até trinta dias a contar do prazo contratual do encerramento do plano - Entendimento consolidado no E. STJ - Art. 543-C do CPC” (cf. Ap. nº 0048584-10.2009.8.26.0576 - 11ª Câmara de Direito Privado TJSP - 25/09/2014 ²).*

A retenção, pelo réu, da taxa de administração é incontroverso, posto admitido pelo próprio autor.

O réu reclama, entretanto, que além desse valor haja também retenção dos valores relativos ao seguro de vida e a multa contratual pela desistência, no que tem razão, a propósito da jurisprudência: “*CONSÓRCIO - Ação ordinária de restituição de valores pagos - Desistência do participante - Restituição do montante pago que somente deve ocorrer após 60 dias contados do encerramento do grupo - Autorização para dedução do valor correspondente às taxas de administração (sem a limitação de 5% sobre o valor do bem) e de adesão, à multa compensatória avançada a título de cláusula penal pelo prejuízo causado (10% sobre o montante a ser restituído ao consorciado desistente) e de retenção dos prêmios pagos a título de seguro de vida - Correção monetária incidente do desembolso de cada parcela (Súmula nº 35 do STJ) e de acordo com os índices oficiais - Juros moratórios de 1% ao mês - Incidência após o sexagésimo dia do encerramento das operações do grupo - Procedência parcial - Sucumbência recíproca Recursos do autor e da ré providos em parte” (cf. Ap. nº 0168681-12.2009.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 18/08/2014 ³).*

Os valores a serem restituídos devem contar correção monetária pelos índices do

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

INPC, nos termos da Súmula nº 35 do Superior Tribunal de Justiça: *“Incide correção monetária sobre as prestações pagas, quando de sua restituição, em virtude de retirada ou exclusão de participante de plano de consórcio”*.

Os juros de mora deverão ser contados 30 (trinta) dias após a data da contemplação em favor do autor, à base de 1,0% ao mês.

Não há, portanto, ilegalidade de cláusula contratual a ser declarada, de modo que a demanda é improcedente nessa parte.

Logo, cumpre acolhida somente em parte a ação para determinar à ré a restituição dos valores pagos pelo autor em relação à cota de consórcio grupo/cota nº 2298/010-0, acrescidos de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos pagamentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar do 30º (trigésimo) dias após a data da contemplação em favor do autor, admitindo-se ao réu possa fazer a retenção do valor referente à taxa de administração contratada de 16%, do valor do prêmio do seguro de vida e do valor da multa penal contratada em 15%, que destinada a remunerar as perdas e danos do grupo, conforme *cláusula 54.3* do contrato (*fls. 82*) não se mostra abusiva.

A sucumbência é recíproca, de modo que ficam compensados os encargos devidos a esse título.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação e em consequência do que CONDENO o réu DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA a restituir ao autor WANDERLEI ROZOLINI a importância que vier a ser apurada em regular liquidação por cálculo referente à soma dos valores pagos em relação à cota de consórcio grupo/cota nº 2298/010-0, acrescidos de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos pagamentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar do 30º (trigésimo) dias após a data da contemplação em favor do autor, admitindo-se ao réu possa fazer a retenção do valor referente à taxa de administração contratada de 16%, do valor do prêmio do seguro de vida e do valor da multa penal contratada em 15%, compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**